

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS**

JOSIAS TEIXEIRA

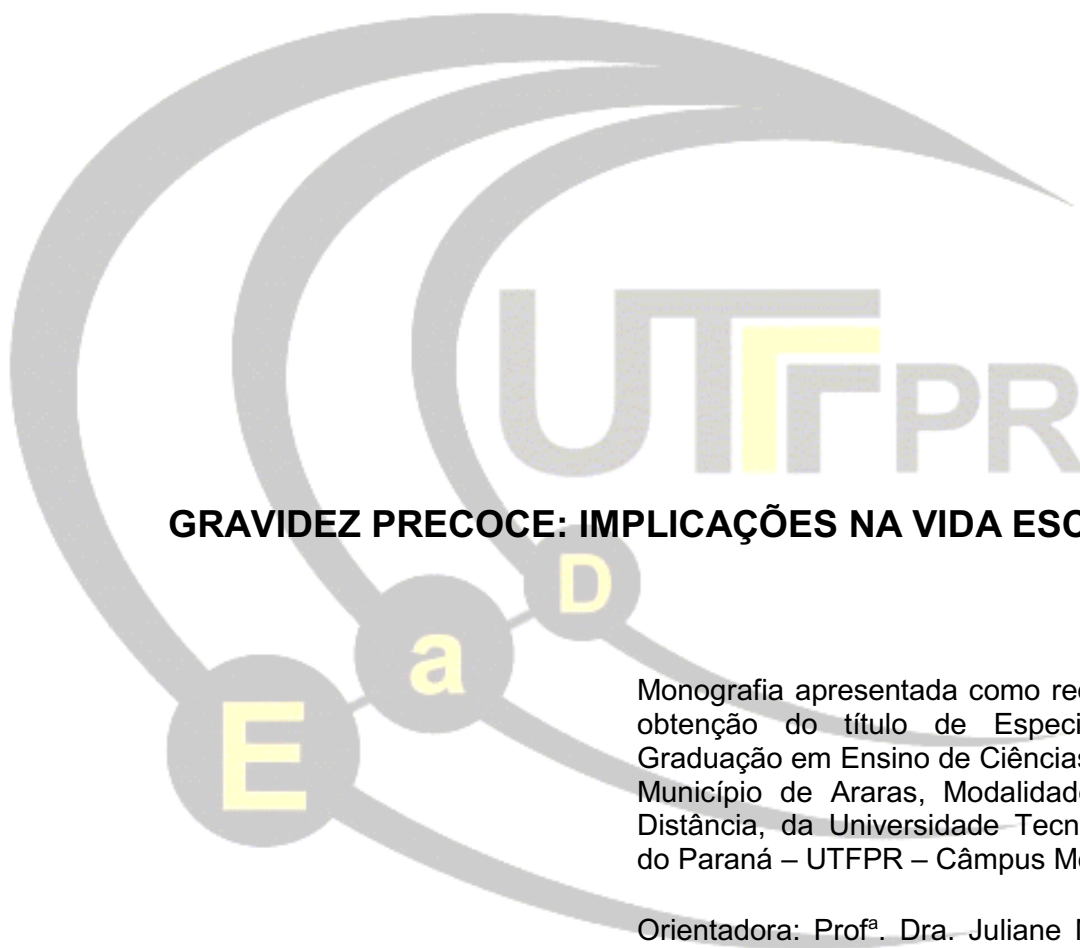
**GRAVIDEZ PRECOCE: IMPLICAÇÕES NA VIDA ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2020

JOSIAS TEIXEIRA



## **GRAVIDEZ PRECOCE: IMPLICAÇÕES NA VIDA ESCOLAR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Ensino de Ciências - Polo UAB do Município de Araras, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Juliane Maria Bergamin Bocardi

# EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2020



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

Gravidez precoce: implicações na vida escolar

Por

**Josias Teixeira**

Esta monografia foi apresentada às 10:00h do dia 19 de setembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Ensino de Ciências - Polo de Araras, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Juliane Maria Bergamin Bocardi  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
(orientadora)

---

Prof Dr. Elias Lira dos Santos Junior  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Graciela Leila Heep  
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico este trabalho a minha esposa Thaís  
pela força e amor incondicional.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

A minha esposa Thaís e aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Dra. Juliane Maria Bergamin Bocardi pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Ensino de Ciências, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. (GUIMARÃES ROSA)

## RESUMO

TEIXEIRA, Josias. Gravidez precoce: implicações na vida escolar. 2020. 43 fls. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

Este trabalho teve como tema a gravidez precoce no Brasil, considerando-a como uma problemática social. À vista disso, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre as causas que influenciam a gravidez precoce no Brasil, as consequências na adolescência, desde os fatores que interferem no nascimento do recém-nascido (RN) até as implicações na vida escolar desta jovem mãe. Portanto, umas das medidas para contenção desses números, seria a implementação de políticas públicas voltadas para a Educação Sexual no ensino de Ciências e no contexto social, uma vez que a ausência de diálogo e despreparo dos pais para tratar o assunto sexualidade com os seus filhos é aspecto determinante para que os adolescentes iniciem a vida sexual sem as devidas precauções e informações. Logo, o trabalho apresenta um debate interseccional entre as instâncias família, escola e mídias como recursos fundamentais para se pensar orientação e prevenção sobre gravidez e assim diminuir a estatística de casos no país.

**Palavras-chave:** Gravidez precoce. Educação sexual. Família. Escola. Mídias.

## ABSTRACT

TEIXEIRA, Josias. Early pregnancy: implications for school life. 2020. 43 pp. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

This research had the theme of early pregnancy in Brazil, considering it as a social problem. In view of this, the objective of this research is to reflect on the causes that influence early pregnancy in Brazil, the consequences in adolescence, from the factors that interfere in the birth of the newborn (NB) to the implications in the school life of this young mother. Therefore, one of the measures to contain these numbers would be the implementation of public policies aimed at Sex Education in the teaching of Sciences and in the social context, since the absence of dialogue and unpreparedness of parents to deal with sexuality with their children it is a determining factor for adolescents to initiate sex without proper precautions and information. Therefore, the work presents an intersectional debate between the family, school and media instances as fundamental resources to think about guidance and prevention about pregnancy and thus reduce the statistics of cases in the country.

**Keywords:** Early pregnancy. Sex education. Family. School. Media.



## **LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS**

DST- Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS- Organização Mundial da Saúde

OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SCIELO- Scientific Eletronic Library Online

SINASC- Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos

SUS- Sistema Único de Saúde

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNFPA- Fundo de População das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	13
<b>3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	15
3.1 FATORES QUE INFLUENCIAM A GRAVIDEZ PRECOCE NO BRASIL .....	15
3.2 IMPLICAÇÕES NA VIDA ESCOLAR.....	22
3.3 RECURSOS PARA EVITAR A GESTAÇÃO PRECOCE: FAMÍLIA, ESCOLA E MÍDIAS.....	27
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	42

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a taxa de gravidez é de 68,4 nascimentos para cada 1 mil adolescentes, segundo relatório realizado pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS, 2018), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Em 2018, cerca de 15% do total de nascidos vivos foram de mães com idade até 19 anos, segundo dados preliminares do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Conforme a pesquisa Nascer Brasil 2016, do Ministério da Saúde, 66% das gestações em adolescentes não são planejadas. Ainda, aproximadamente 75% das mães adolescentes estavam fora da escola, segundo a PNAD 2013, o que pode sinalizar consequências sociais e econômicas, além de emocionais, para as mães adolescentes.

Segundo o Estudo do Ministério da Saúde, chamado Saúde Brasil (2018), há ainda riscos para o recém-nascido, ao apontar uma das maiores taxas de mortalidade infantil entre mães mais jovens (até 19 anos), com 15,3 óbitos para cada mil nascidos vivos (acima da taxa nacional, de 13,4 óbitos). A razão se dá porque além da imaturidade biológica, condições socioeconômicas desfavoráveis influenciam nos resultados obstétricos.

De acordo com Damiani (2003, p. 165) “a gravidez na adolescência significa uma transição abrupta do papel de mulher ainda em formação para o de mulher-mãe, vivendo uma situação conflitiva e, em grande parte dos casos, penosa”.

Portanto, a implantação de políticas públicas voltadas para a educação sexual não somente em contexto escolar, mas também social, pois a ausência de diálogo e despreparo dos pais para tratar o assunto sexualidade com os seus filhos é fator determinante para que os adolescentes iniciem a vida sexual sem as devidas precauções e informações. É preciso conscientizar a população, principalmente, a partir dos meios de comunicação e redes sociais, pois são espaços que as crianças e adolescentes navegam na maioria das vezes sem o aval de um responsável e se tornam vítimas fáceis da legitimidade do sexo precoce.

Por conseguinte, algumas perguntas nortearam este trabalho:

- Como incidir os fatores que sustentam o número alarmante de casos no Brasil?

- Quais instâncias são incumbidas a promover um debate efetivo sobre o tema Educação Sexual?

- A gravidez precoce sendo problemática social é uma responsabilidade de todos?

- Quais recursos são possíveis de serem implantados para se evitar a gestação na adolescência?

Tendo em vista essa problemática social, o presente trabalho traz uma revisão sistemática de literatura que identifica pontos convergentes e divergentes acerca do tema, partindo de artigos de estudos de caso, revisão bibliográfica e pesquisas teórico-reflexiva.

Dessa forma, os autores escolhidos para este trabalho refletem sobre os questionamentos citados e são unânimes em defender a Educação Sexual como caminho (responsabilidade de várias bases legitimadoras de orientação e prevenção no combate à gravidez precoce), hoje vista como um problema social, que envolve não somente os adolescentes, mas também as pessoas que vivem em seu entorno, como pais, amigos, professores, etc.

Assim, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as causas que influenciam a gravidez precoce no Brasil, as consequências na adolescência, desde os fatores que interferem no nascimento do RN até as implicações na vida escolar desta jovem mãe.

Discutindo-se recursos que podem ajudar a diminuir o número de adolescentes grávidas no país, a necessidade de amparo psicossocial, a investigação da origem da gravidez, uma vez que muitos casos são oriundos de violência próxima ao seio familiar, como também o debate do machismo estrutural que provoca um preconceito social contra essas meninas, e conseqüentemente se estabelece como um dos motivos de evasão escolar.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente estudo sob o ponto de vista da sua natureza corresponde à uma pesquisa básica, de acordo com seus objetivos é exploratória, quanto aos seus procedimentos técnicos é bibliográfica e com abordagem quantitativa (GIL, 2002; PRODANOV; FREITAS, 2013).

O método adotado foi de revisão sistemática da literatura, consistindo na busca determinada por artigos relacionados ao tema, utilizando-se as seguintes palavras-chave: “gravidez na adolescência”, “aborto”, “anticoncepção”, “educação sexual”, “evasão escolar”. As buscas foram feitas entre os meses de fevereiro e julho de 2020, sendo utilizadas as seguintes bases de dados: Google Scholar, Scielo e Periódicos da Capes. Considerando as palavras-chave mencionadas, deu-se a leitura dos artigos e o refinamento de busca, logo, delimitou-se um período investigativo entre os anos de 2003 a 2020.

Para este estudo foram selecionados 6 artigos, tendo em vista os seguintes critérios de seleção: a) abordagem sobre gravidez e evasão escolar; b) reflexão sobre os meios de prevenção e orientação; c) importância da educação sexual; d) vínculo entre saúde pública e escola e e) papel das mídias acerca do tema.

Durante a pesquisa também foram adotados alguns critérios de exclusão, tais como: a) estudos não-realizados em contexto brasileiro; b) publicações anteriores ao ano de 2000; c) pesquisas que não mencionavam a escola.

Portanto, a escolha partiu de temas variados sobre gravidez precoce, porém congruentes, das áreas de atuação similares, mas também diversificadas entre os pesquisadores.

A partir dos temas encontrados nos artigos, a pesquisa se subdividiu nos seguintes tópicos:

- a) fatores que influenciam a gravidez precoce no Brasil;
- b) implicações na vida escolar;
- c) recursos para evitar a gestação precoce: família, escola e mídias.

Para cada tópico procurou-se fazer uma relação entre os artigos, primeiramente apontando seus pontos de convergência e depois os caminhos alternativos entre as pesquisas, e os pontos de divergência.

Nesse sentido, apresentaram-se os seguintes autores: Carvalho e Matsumoto (2009) em *Gravidez na adolescência e a evasão escolar*, Damiani (2003) em *Gravidez*

*na adolescência: a quem cabe prevenir?*, Hormanez e Bazon (2020) em *Gravidez na adolescência: caracterização de uma amostra brasileira*, Manfré et al (2010) em *Considerações atuais sobre gravidez na adolescência* e Ramos et al (2020) em *A saúde na escola como meio de prevenção da gravidez na adolescência: uma breve análise* e os por último as autoras Reis e Rodrigues (2012) em *Gravidez na adolescência: Qual a responsabilidade e papel da comunicação?*.

Alguns autores não aparecem em todos os temas, no entanto, foram citados no decorrer dos três tópicos, dialogando entre si principalmente no que se refere à necessidade de políticas públicas efetivas para se trabalhar o tema educação sexual nas escolas e na sociedade, uma vez que os pais e responsáveis também precisam passar por esse processo de “alfabetização e letramento sexual”, para depois instruírem seus filhos com informações fidedignas.

### 3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

#### 3.1 FATORES QUE INFLUENCIAM A GRAVIDEZ PRECOCE NO BRASIL

Os autores Manfré *et al.*, 2010 trazem uma revisão de literatura sobre o tema gravidez na adolescência, prevenções e implicações na idade jovem. No Brasil a média é de 20% a 25% de gestações precoces, ou seja, há uma adolescente entre cada cinco mulheres grávidas.

A pesquisa apresenta fatores que influenciam esse número, como por exemplo, a análise de conhecimento sobre anticoncepcionais hormonais entre adolescentes que já ficaram grávidas apresentou que em torno de 98% das adolescentes demonstraram baixo conhecimento tanto objetivo quanto percebido. Conhecimento objetivo descreve àquilo que o indivíduo realmente sabe a respeito, ao passo que o conhecimento percebido revela a relação de confiança da pessoa com o conhecimento que julga ter (Manfré et al, 2010). Tais dados revelam a falta de planejamento familiar, ausente na orientação dos adolescentes. De acordo com os autores:

Na maioria dos casos, a maternidade na adolescência resulta de uma gravidez não-planejada e pré-conjugal. Isso pode estar relacionado com os achados de Chalem, em que 7% das adolescentes foram admitidas em uma maternidade para curetagem pós-abortamento e 930 (93%), para parturição, sendo que 81,2% não tinham planejado a gestação e 80,1% eram primigestas. Sobre a existência da contracepção de emergência, ou “pílula do dia seguinte”, muitas adolescentes negaram o conhecimento dessa alternativa de anticoncepção. Outras não sabiam como utilizá-la ou ainda não sabiam o que fazer caso se esquecessem de tomar uma pílula da cartela. Essas situações têm elevado potencial de levar a gestações indesejadas, porém evitáveis (MANFRÉ et al; 2010, p. 50).

Além das gestações indesejadas, as adolescentes lidam com outros problemas no desempenho de sua sexualidade (gravidez, aborto, doenças sexualmente transmissíveis, uso inadequado dos métodos contraceptivos), um quadro alarmante, que é retratado muitas vezes na literatura nacional e internacional como resultado da ausência de informação. Tal conjuntura pode ser o efeito da carência de uma educação sexual de qualidade, que passa tanto pela dificuldade de abordagem da temática relacionada ao corpo e à sexualidade no grupo familiar, quanto pela falta de programas educativos em escolas e serviços de saúde, que traz como consequência:

uma vida sexual iniciada precocemente com chances de uma prole maior (MANFRÉ et al, 2010).

Outros fatores são defendidos pelos autores como a ocorrência de gravidez na adolescência, como por exemplo, a gravidez da mãe na adolescência e ela não ter sido criada pela mãe biológica. Também o uso frequente de drogas ilícitas por familiar morador na residência é um motivo diretamente associado à gravidez na adolescência, independentemente dos demais.

Já os autores Carvalho e Matsumoto (2009) escolheram trabalhar com adolescentes regulares de uma escola estadual do Paraná e com adolescentes gestantes em acompanhamento no Posto de Saúde. Os adolescentes tinham a faixa etária de idade entre 14 e 19 anos. Os pesquisadores realizaram entrevistas em forma de questionário modelo semi-estruturado, com participação voluntária de 188 adolescentes, sendo 66 do sexo masculino e 122 do sexo feminino, nesse total incluíse 37 gestantes que realizavam acompanhamento na Unidade Básica de Saúde. A maioria dos alunos moram com os pais e uma pequena parte mora somente com a mãe ou o pai, já, as gestantes num número maior moram com seus companheiros.

Os autores apontam que um fator que pode levar à gravidez precoce é o despreparo dos pais para tratar o assunto sexualidade com os seus filhos, que não se sentem à vontade para comentar o assunto, porque são tímidos ou não conhecem a importância do assunto, “isto está de acordo com nossos resultados, onde 32% dos adolescentes nunca conversaram sobre o assunto, 36% às vezes, 17% raramente e apenas 15% apresenta um diálogo frequente com os pais” (CARVALHO; MATSUMOTO; 2009, p. 07).

Além disso, relatam que os pais sentem dificuldade com a orientação por conta da rebeldia dos adolescentes nesta fase da vida. Logo, as primeiras informações sobre sexualidade acontecem na escola, em sequência com os pais e uma pequena parte com os amigos, conforme os dados a seguir: “na presente pesquisa, as primeiras informações sobre sexo são obtidas, em 44% dos entrevistados, na escola; 29% dos pais; 20% dos amigos; 3% dos irmãos, 3% da internet e 1% não responderam” (CARVALHO; MATSUMOTO, 2009, p. 08).

Os autores, ainda enfatizam que a família deveria ser a primeira a inteirar as orientações sobre a sexualidade na vida do adolescente. No entanto, é a escola que está fazendo esse papel primeiro, pela falta de diálogo dentro da própria família, que favorece o adolescente a ir buscar externamente as informações, uma vez que a



experimentação sexual, ao longo do tempo vem ocorrendo mais cedo na vida dos adolescentes, um levantamento no presente estudo, mostra que os jovens que tinham entre 16 e 19 anos, em 1998, 61% já haviam tido relações sexuais, já nos últimos anos isso vem mudando, passando a ser entre 13 a 19 anos, e ainda afirma que quanto menor o nível de escolaridade maiores são os índices de gravidez precoce (CARVALHO; MATSUMOTO, 2009).

Há ausência de diálogo entre os pais e filhos, o que favorece a gravidez precoce, pois não se discute o uso de métodos contraceptivos, por isso, nesse contexto a escola desempenha um papel importante na orientação sobre o uso de contraceptivos para evitar a gravidez.

A pesquisa mostrou que as primeiras informações recebidas pelos adolescentes sobre gravidez e contracepção são obtidas de fontes diferentes entre os meninos e as meninas. Entre os meninos a principal fonte de informação é a escola, com 43%, seguida pela mãe com 26%, o pai com 11%, e os amigos com 10%. Entre as meninas, as informações são transmitidas pela mãe com 55%, seguida pela escola com 34%, amigas 5% e pai com 3% (CARVALHO; MATSUMOTO, 2009, p. 10).

De acordo com Carvalho e Matsumoto (2009), a maioria demonstrou conhecer os métodos contraceptivos, sendo o preservativo o mais conhecido, depois as pílulas anticoncepcionais. Menos de 5% relataram não conhecer nenhum método contraceptivo, com isso essa pesquisa demonstrou que os adolescentes conhecem mais o método do preservativo por conta das propagandas de DSTs nos canais de comunicações, assim como também entre as DSTs, apresentaram conhecer melhor a AIDS por ser mais presente nas propagandas. Entretanto,

No relaxamento em relacionamentos mais estáveis, o índice de gravidez aumenta na mesma proporção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), entre os adolescentes pesquisados o conhecimento destas doenças, 55% se refere a AIDS, 20% gonorréia, 14% sífilis, 8% herpes e quase total desconhecimento de outras doenças, tais como papilomovírus (HPV), condiloma, candidíase entre outros (CARVALHO; MATSUMOTO; 2009, p. 12).

Quanto ao tema gravidez, obteve-se um dado interessante, 50% das gestações foram programadas e 42% foram por descuido, relacionadas ao despreparo psicológico e falta de informação sobre métodos contraceptivos.

Nesse viés, os autores Manfré et al (2010) demonstram que a religião, idade e a classe sócio-econômico-cultural são fatores associados ao nível de conhecimento das adolescentes em relação aos métodos contraceptivos.

Já os autores Ramos et al (2020) relatam que a gravidez precoce não tinha a devida atenção no século passado, pois não era considerada um problema social e nem de saúde pública.

A partir dessa desconsideração apresentou-se um grande número de gravidez na adolescência, como no início dos anos 90 que nem se quer era trabalhado como uma pesquisa de conhecimento (RAMOS et al, 2020). Segundo o IBGE em 1991, o número era de 16,38% de gravidez precoce do total de gestações no Brasil, e em 2000 passou para 21,34%.

Para os mesmos autores, o aumento está relacionado à ausência de diálogo nos lares dos adolescentes, aliado à falta de transmissão de conhecimento adequado a educação sexual, por ser um tema que sociedade persegue porque não vê com bons olhos, principalmente na fase que os adolescentes estão em descoberta do próprio corpo (RAMOS et al, 2020).

Na América Latina o Brasil ocupa posição alarmante de casos de gravidez na adolescência, com 400 mil casos por ano. Relacionado a faixa etária, O Ministério da Saúde aponta que em 2014 nasceram 28.244 bebês de meninas entre 10 e 14 anos e 534.364 bebês de mães de idade de 15 a 19 anos. Dados de 2015 apontam que 18% dos nascituros vivos proviam de genitoras adolescentes. E com relação a demografia, a região que mais concentra casos como esses é a região Nordeste, é nela que estão 180 mil nascituros ou seja 32% dos números totais. A região Sudeste tem 179,2 mil (32%), a região Norte logo em seguida com 81,4 mil (14%), em quarto vem a região Sul com 62.475 (11%) e a Centro Oeste com 43.342 (8%) (Ramos et al. 2020, p. 03 *apud* AZEVEDO AEBI, 2018).

Os autores ainda apontam que a gravidez precoce está associada normalmente a fatores como a desigualdade social, na qual, a maioria dos jovens no Brasil são alvos, que estimula os alunos a deixarem de frequentar a escola e posteriormente não tenham oportunidade no mercado de trabalho e partam para a criminalidade (RAMOS et al, 2020).

A partir dessas constatações, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) sofreu uma alteração recente que insere a “Semana Nacional de Prevenção a Gravidez na Adolescência”, todavia, nenhuma política pública foi anunciada ou desenvolvida pelo governo federal com base nessa Lei, ou seja, não foram apresentados projetos de políticas públicas entre as escolas e secretarias de saúde para enfrentar esses dados que sobressaltam o Brasil (RAMOS et al, 2020).

No estudo da autora Damiani (2003), esta revela que os brasileiros estão começando a vida sexual cada vez mais cedo, assim como são propensos a não fazer

uso de métodos contraceptivos. Há muitas razões para esse tipo de comportamento, entre elas, maior liberdade de expressão, quebra de preconceitos, mudanças culturais, informações disseminadas nos meios de comunicação, omissão e ignorância de métodos contraceptivos. Além disso, soma-se a evolução de doenças sexualmente transmissíveis, em destaque, a AIDS, a gravidez precoce ocupa um lugar de problemática social que precisa ser combatida.

Para Damiani (2003, p. 162) “a gravidez tornou-se quase que uma epidemia, pois os partos em adolescentes mantêm um crescimento em torno de 2% ao ano. Quase um milhão de jovens engravidam todos os anos no Brasil”. Outros dados alarmantes também são discutidos, como por exemplo, o número de partos realizados no Rio Grande do Sul pelo SUS no ano de 1998, 26,75% foram nascimentos de mães adolescentes de 10 a 19 anos, das quais, 240 mil estavam na segunda gestação.

Em 2001, o percentual de partos em adolescentes no Rio Grande do Sul foi de 20,2%, e como educadora formadora há treze anos em escola pública da rede estadual e enfermeira na cidade de Passo Fundo - RS, notou que no município o índice foi de 21,9%.

A gravidez na adolescência vem se tornando cada vez mais um problema de saúde pública no Brasil e em outros países em razão do aumento de sua incidência, e um dos fatores é a liberalidade sexual, que leva ao início precoce da atividade sexual. Essas meninas, que não são mais crianças nem adultos, estão em transformação e, ao mesmo tempo, prestes à maternidade. Vivenciam dois problemas: a perda do seu corpo infantil e a modificação pela gravidez, o que lhes traz consequências sociais, fisiológicas e psicológicas (DAMIANI, 2003, p. 162).

Além dos dois problemas mencionados, há o “preconceito social em relação à concepção” como aponta a autora Damiani (2003), o qual acusa a adolescente de manter uma vida sexual ativa, e caso ela se previna é taxada negativamente por assumir a responsabilidade da prática sexual.

Outros fatores, seriam a instabilidade emocional própria do período da adolescência que estimula o abandono do uso de métodos contraceptivos, por conta da troca frequente de parceiros ou até mesmo o ritmo lento ou quase inexistente de vida sexual e o impasse à aquisição e uso dos métodos contraceptivos, a informação lenta e divulgada deficientemente (Ex: a pílula do dia seguinte), também há as mudanças fisiológicas, como o amadurecimento sexual mais prematuro, com a idade da menarca vindo mais cedo com o passar dos anos (atualmente em torno dos 10, 11 anos de idade), o que ocasiona a gravidez na adolescência, além do deslocamento e

insuficiência de base familiar para garantir uma educação sexual saudável (DAMIANI, 2003).

Os autores Hormanez e Bazon (2020) trazem a relação de algumas variáveis destacadas como relevantes a literatura até agora abordada. A primeira delas se apresenta nos dados a seguir:

A taxa de adolescentes grávidas, no Brasil, tem decaído nos últimos anos, apresentando a redução de 17% no período compreendido entre 2004 e 2015 (Ministério da Saúde, 2019). O número de gestantes nesta faixa de idade no país, no entanto, continua alto, superando a média para a América Latina, região que, em conjunto com o Caribe, possui o segundo maior índice de fecundidade entre adolescentes em todo o mundo (HORMANEZ; BAZON, 2020. p. 483 *apud* OPS,2018).

Segundo os mesmos autores, no decorrer da história ocidental, a gestação entre adolescentes é dividida por dois grandes momentos: primeiro como um acontecimento normal e desejável, e mais tarde, a partir dos anos de 1960, com as mudanças advindas aos princípios de sexo e gênero, converteu-se num problema social, posição defendida pelo discurso médico que a sistematizou como quadro de gravidade e risco.

Nos dias atuais, alguns estudos mostram que, para um número significativo de jovens, a gravidez é parcela de um projeto de vida, logo, está inserida em um contexto de normalidade, algo previsível e muitas das vezes, considerado como um acontecimento positivo, ou seja, símbolo de “maturidade” no relacionamento ou na vida adulta, às vezes pode também significar prestígio social, capacidade de gerir uma nova vida (HORMANEZ; BAZON, 2020).

Contudo, de acordo com os autores, grande parte das pesquisas ainda relacionam a gravidez precoce como algo danoso para a sociedade. E a partir dos estudos de Heilborn (2006, citado por Oliveira & Vieira, 2010), estabelecem três linhas discursivas para classificar a gravidez na adolescência:

- a) a primeira a avalia como um problema de saúde pública e abrange os diversos estudos que vinculam a gestação de adolescentes ao risco à saúde da mãe e do bebê, enfatizando o alto índice de abortos, de partos pré-maturos, de nascimento de bebês com baixo peso e maior chance de doenças manifestadas durante o primeiro ano de vida da criança (HORMANEZ; BAZON, 2020);
- b) a segunda relaciona a gestação ao risco psicossocial para as adolescentes e seus filhos. De acordo com alguns autores, a adolescente grávida apresentaria menor

capacidade psicológica para criar um filho e encararia *uma “crise de desenvolvimento dual”*, ao responder, simultaneamente, às dificuldades específicas à fase da vida atual e aos desafios relacionados à responsabilidade de ser mãe (HORMANEZ; BAZON, 2020);

c) já a terceira classifica a gravidez na adolescência como um cancelamento de possibilidades na esfera social (MONTARDO, 2004) e está ligada ao gradativo crescimento da formação acadêmica e profissional sucedida posteriormente à década de sessenta, majoritariamente entre as classes mais beneficiadas economicamente, que alimentou determinada consonância sobre o adiamento da maternidade para depois da finalização dos estudos, na verdade, após a colocação da mulher no mercado de trabalho. Dessa maneira, a evasão escolar entre as adolescentes grávidas é um dos malefícios que mais ataca os estudos, pois revelam as mães adolescentes como um grupo com menores oportunidades de estudar e de alcançar boas opções de trabalho, quando confrontadas a outras mulheres, principalmente aquelas que postergam a maternidade para a idade adulta (HORMANEZ; BAZON, 2020).

Portanto, a terceira linha discursiva relaciona a gravidez na adolescência ao contexto adverso, uma vez que sua predominância se dá entre as classes mais pobres. Resumindo, a gravidez estaria atrelada à ausência de um projeto de vida que não envolvesse filhos (não precocemente), à falta de oportunidades diversas ou até mesmo, informação e orientação quanto ao uso de métodos contraceptivos (HORMANEZ; BAZON, 2020).

A partir dessas referências, o projeto de pesquisa dos autores Hormanez e Bazon (2020) que foi realizado no ano de 2014 por meio de entrevistas com as vinte mães adolescentes na faixa etária de idade entre 15 a 19 anos e com filhos de até um ano de idade.

O estudo apontou, ainda, uma predominância de gravidez precoce na classe média com percentual de 75%, nas classes mais baixas o percentual de 20% e na classe alta o percentual de 5%, contrariando a literatura trabalhada. Além disso, a relação social apontou que as adolescentes apresentam uma opção maior de morar com os pais, do que ir morar com o pai da criança, contrariando a literatura que mostra que as adolescentes preferem morar com os companheiros. Todavia, relatam conforme os estudos levantados, que mantém um grande vínculo com o pai da criança apesar de preferir morar com os pais (HORMANEZ; BAZON, 2020).

Outro fator interessante encontrado diz quanto ao convívio social, há uma diminuição nas amizades, por conta de um maior cuidado com a gestação, logo, ocorre afastamento das festas e dos ambientes sociais. A pesquisa demonstra que em relação à gravidez, a maioria das adolescentes disseram que a gestação foi uma surpresa, um despertar negativo, mas quando se trata da comunicação do companheiro há uma reação positiva, nesse sentido condiz com a literatura levantada, retratando que as adolescentes apresentam sentimentos variados (HORMANEZ; BAZON, 2020).

Todas realizaram o pré-natal, a maioria no serviço público, algumas no privado, com consultas obstétricas mensais. Todas tiveram parto normal, dentre esses nascimentos um pequeno número de bebês apresentou baixo peso ou foram pré-maturos. Esses resultados contrariam mais uma vez a literatura que aponta um alto número de bebês pré-maturos em gravidez precoce e condizem com outros estudos (Santos et al., 2014; Machado, Saito, & Szarfac, 2007). Segundo esses dados, quando as adolescentes realizam acompanhamentos de pré-natal, há maior chance de se ter bom desenvolvimento gestacional.

Resumindo, a pesquisa mostra a contradição a alta prevalência apontada pela literatura de nascimentos de bebês pré-maturos e de baixo peso, que de acordo com os autores pode estar relacionado à realização do pré-natal pelas adolescentes, evidenciando a importância desse programa e das ações de saúde primária, mas também traz alguns pontos que condizem com a literatura apresentada.

### 3.2 IMPLICAÇÕES NA VIDA ESCOLAR

Segundo Manfré et al. (2010) a gravidez na adolescência acarreta ao início vagaroso do pré-natal, muitas vezes atrasado e ao número de consultas abaixo do esperado.

Outros fatos relacionados também são observados, como a baixa escolaridade do filho da adolescente, o nascimento do RN com baixo peso, o aborto e maior incidência de desproporção céfalo-pélvica e pré-eclâmpsia, que geram também danos psicológicos, como a ansiedade e as depressões pós-parto, levando a não aceitação da criança (MANFRÉ et al, 2010). Tais implicações são decisivas nos dados de

evasão escolar, pois diante dessas dificuldades fica muito difícil para a jovem mãe continuar o ritmo adequado de estudo.

Os casos de gravidez precoce estão associados ao não planejamento, e passa a ser um conflito para as adolescentes, pois como a gravidez é vista como algo inesperado, ela sente medo em comunicar a família ou o companheiro. A falta de acolhimento à gravidez está associada ao comportamento dos pais ou responsáveis e às condições socioeconômicas desfavorecidas das famílias (MANFRÉ et al, 2010).

Fatores como famílias desestruturadas, conflitos familiares, dificuldades econômicas, abandono escolar e atividades profissionais precárias também influenciam o processo de adaptação à maternidade, uma vez que as famílias concentram seus esforços na sobrevivência, descuidando muitas vezes das funções educativas e de apoio afetivo. A gravidez afeta não só a vida da adolescente como também a de quem a rodeia, uma vez que exige ajustamentos psicológicos individuais e familiares difíceis de serem elaborados e aceitos. Sintomas de ansiedade e depressão e uso de tabaco em adolescentes primigestas são mais frequentes em comparação com as adolescentes não-grávidas. Esses problemas requerem especial atenção dos serviços de pré-natal a fim de evitar possíveis prejuízos para a saúde das mães e de seus filhos (MANFRÉ et al; 2010, p. 51)

Nesse cenário pouco promissor, a adolescente é levada a não comunicar o seu parceiro, e decide pelo o aborto forçado, mesmo na ilegalidade, sem saber os riscos que ele representa, como por exemplo, a morte durante o procedimento (MANFRÉ et al, 2010). Além desse dado preocupante, a gravidez na adolescência está atrelada ao risco amplificado da intenção de suicídio durante a gestação e pós-parto, concomitantemente a uma maior ocorrência de depressão e associação negativa da rede de apoio social.

As adolescentes enfrentam tanto transformações físicas e psicológicas que não estão preparadas quanto o abandono do pai do bebê, na maioria das vezes. Outros registros constantes são os abusos físico e sexual em meninas grávidas, fator determinante para a alusão suicida, iniciativas de suicídio e sintomatologia depressiva crônica no primeiro ano após o parto (MANFRÉ et al, 2010).

Dentre as implicações já apresentadas, vale acrescentar a violência sexual física e emocional contra as adolescentes como um fator propício para o abandono escolar, e muitas vezes é praticada por pessoas próximas ao convívio familiar ou parceiros. No entanto, fica muito difícil acompanhar ou controlar esses casos, porque tanto as adolescentes quanto as mães encobrem os casos e mascaram as marcas de agressões com respostas de cunho duvidoso. O momento mais propício para a violência é a hora da revelação da gravidez para o pai, que tende a reagir de forma

rude e bruta e através da violência psicológica ou espancamento até provocar um aborto espontâneo (MANFRÉ et al, 2010).

Quando a adolescente sobrevive à gravidez, ela ainda pode enfrentar consequências psíquicas como a desestruturação pessoal e familiar, a adoção e o abandono do bebê. Fora essas problemáticas, os autores Manfré et al. (2010) dissertam sobre as consequências ligadas à vida escolar, que acabam comprometendo o futuro da adolescente:

A gravidez precoce e não-planejada pode resultar em sobrecarga psíquica, emocional e social para o desenvolvimento da adolescente, contribuindo para alterações no seu projeto de vida futura, assim como na perpetuação do ciclo de pobreza, educação precária, falta de perspectiva de vida, lazer e emprego e, conseqüentemente, na busca de melhores condições de vida. A instabilidade econômica contribui para uma reação em cadeia. Primeiro a adolescente abandona os estudos para desempenhar outras responsabilidades decorrentes do novo papel que assume, o de mãe. Em seguida, a baixa escolaridade e grau de instrução precário levam à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, bem como causam comprometimento da estabilidade conjugal e do estado de saúde da adolescente e de seu filho, principalmente na ausência do suporte da família (MANFRÉ et al; 2010, p. 52)

Deste modo, o projeto de vida da adolescente é profundamente implicado pela gravidez precoce, que faz as suas perspectivas de sucesso minguarem, ou seja, fica mais difícil alcançar as possibilidades que melhorariam suas condições socioeconômicas.

De acordo com os autores, estudos mostram que a taxa de fecundidade é inversamente proporcional ao nível de escolaridade, como por exemplo, no estudo de Chalem e de Souza (2007), que mostra que a interrupção dos estudos ocorreu em mais de 60% dos casos. Esse fato ratifica outras pesquisas que confirmam o abandono dos estudos como contribuição para prejudicar a educação e a conquista de melhores colocações de trabalho para as adolescentes, instituindo um mecanismo de continuidade do ciclo de pouca escolaridade e pobreza, uma vez que a escola se constitui como parco caminho de inserção social e de ascensão econômica, e sem o acesso a ela, a adolescente e seu filho, assim como a sociedade de um modo geral, sofrerão efeitos desastrosos (MANFRÉ et al, 2010).

Porém, há um outro viés a ser considerado, como a gravidez representa para a mulher realização, saúde e maturidade, muitas meninas enveredam para a maternidade com esse pensamento, uma vez que as perspectivas educacionais, profissionais e afetivas são ínfimas. Para Manfré et al (2010, p. 51) “esta pode ser



vista pela adolescente como alternativa para conseguir a união com o parceiro, na tentativa de adquirir independência da família de origem e efetividade de sua identidade feminina”.

Portanto, o resultado desse tipo de comportamento reflete no baixo índice de casamentos formais (7,2%) e o grande número de uniões consensuais (60,6%), frutos da gravidez precoce, já que nas classes menos favorecidas, há uma pressão social para que a adolescente grávida e seu companheiro reconheçam os laços do matrimônio, o famoso “morar juntos”, mesmo sem se casar no cartório civil/igreja ou possuir independência financeira (MANFRÉ et al, 2010).

A precocidade das uniões conjugais devido à gravidez pode contribuir para perpetuação de desvantagem social. Ao assumir e limitar-se ao papel de mãe e dona de casa, as adolescentes abandonam os estudos, o que diminui suas possibilidades de escolarização e formação profissional, resultando em prejuízo ao seu potencial produtivo<sup>7</sup>. A frequente baixa escolaridade e a falta de profissionalização entre as gestantes e mães adolescentes dificultam sua inserção no mercado competitivo de trabalho, implicando empregos de baixa remuneração e qualificação. Em consequência, as adolescentes acabam perpetuando a dependência financeira dos pais ou passam a depender do companheiro, além de sofrer com a exposição a riscos sociais como uso de drogas, privações afetivas e culturais (MANFRÉ et al; 2010, p. 52)

No entanto, o caráter adverso da adolescente grávida pode ser melhorado se ela se enquadrar no perfil de casada ou amasiada, pois esse suporte familiar é identificado como um fator favorável para um bom crescimento e desenvolvimento da criança, ou seja, mesmo que a mãe continue morando com os pais, mas se ela tiver apoio e recursos para criar o filho, ele terá menos riscos de doenças no primeiro ano de vida. Portanto, a gravidez não é um problema, quando a adolescente gestante pode contar com o apoio do núcleo familiar, que é crucial para fomentar uma relação satisfatória entre mãe-filho (MANFRÉ et al, 2010).

Mas, de acordo com a autora Damiani (2003) a gravidez precoce é um problema de saúde pública com consequências danosas para as jovens, como danos físicos, psicológicos e sociais. Tais índices também levam à insegurança da família, como o grande aumento de aborto na ilegalidade, e por consequência, danos à saúde da jovem.

No levantamento da pesquisa é mostrado que no Brasil ocorrem 4 milhões de abortos, sendo 1 milhão deles feitos em adolescentes, que ficam com grandes danos físicos, como a esterilidade, além da média de 20% das jovens que vão realizar aborto clandestino e chegam a óbito (DAMIANI, 2003).

Segundo a autora, a maternidade precoce provoca inaptidão psíquica para educar e inaptidão fisiológica para gerar, além da probabilidade alta da criança contrair doenças, pois a mortalidade infantil apresenta-se na literatura como um dos desfechos da gravidez na adolescência. Também tem sido observado que essas crianças possuem mais possibilidades de serem vítimas de acidentes externos, ou seja, há mais chances de morte.

Dados da pesquisa de Damiani (2003) mostram que a mortalidade infantil é o dobro entre os filhos de mãe solteiras em qualquer idade, o período de amamentação é menor e o índice de desnutrição é maior. Em decorrência, as crianças possuem problemas de aprendizagem e estão sob a ameaça da falta de cuidado e de maus-tratos. A gravidez precoce também acarreta a mortalidade materna.

Foram observadas também, em relação à morbidade, a incidência de eclâmpsia, infecções urinárias e anemia que as adolescentes enfrentam no período de gravidez. As complicações da gravidez, parto e puerpério estão entre as dez principais causas de óbito das adolescentes brasileiras, sendo a sexta causa entre as de 15 a 19 anos, juntamente com as doenças do aparelho respiratório (DAMIANI, 2003, p. 165).

Os dados são inquietantes porque no Brasil, o grau de fecundidade de mulheres até 19 anos cresceu entre 1970 a 1980, e verificou-se um aumento considerável nas adolescentes menores de 15 anos (DAMIANI, 2003).

Segundo os autores Carvalho e Matsumoto (2009) os dados brasileiros evidenciam que as taxas de gravidez precoce são superiores na população de adolescentes de menor renda. Como possíveis consequências constata-se a suspensão antecipada dos estudos, mais os riscos biológicos, característicos a uma gravidez de risco em relação aos problemas de hipertensão e de formação incipiente do aparelho reprodutivo.

Em relação a evasão escolar, a pesquisa dos autores Carvalho e Matsumoto (2009) trouxe um dado preocupante: 34% das adolescentes ao descobrirem a gestação tiveram que abandonar os estudos, e 25% das adolescentes, não se encontravam em estudo nenhum no momento da descoberta da gestação, juntando tem-se 59% das adolescentes fora da escola e apenas 33% pretendendo manter os estudos. Já os meninos apresentaram alto índice de evasão escolar porque ao assumirem a paternidade, precisaram procurar empregos para sustentar a nova família.

Os autores concluíram que há um grande desconhecimento dos adolescentes sobre a sexualidade, um agravamento da gravidez na adolescência com repercussão psico-social-cultural e alto índice da evasão escolar. Nesse sentido, é preciso fortalecer o diálogo na família, base de informação dos adolescentes, como também a escola, forte aliada nas orientações dos jovens, por meio de projetos e programas de orientações sobre educação sexual, com o objetivo de diminuir a gravidez precoce e conseqüentemente a evasão escolar (CARVALHO; MATSUMOTO, 2009).

Para os autores Ramos et al (2020) a gestação na adolescência não apresenta apenas um risco biológico, há o preconceito social, que leva a jovem mãe a abandonar os estudos, tanto por pressão social quanto por questões financeiras. A evasão acontece no decorrer ou pós-gestação, diminui os níveis de escolaridade de mães prematuras e limita suas oportunidades no futuro.

A seguir, os autores refletem sobre a instrução sexual, de como a sexualidade está cada vez mais se constituindo um problema social, porque se tornou uma questão mais erótica do que uma forma mínima de conhecimento humano, de pesquisa que é negada aos adolescentes (RAMOS et al, 2020).

Os fatores determinantes dessa problemática são a alta manipulação das mídias e das redes sociais. E como o acesso é fácil para os adolescentes, acabou se tornando um assunto comum, e na maioria das vezes, sem a intervenção dos pais para mediar a intenção por trás dessas informações, que muitas vezes no passado também não receberam informações adequadas sobre o assunto (RAMOS et al, 2020).

### 3.3 RECURSOS PARA EVITAR A GESTAÇÃO PRECOCE: FAMÍLIA, ESCOLA E MÍDIAS

Os baixos níveis de entendimento e compreensão sobre o uso de anticoncepcionais orais sinalizam a vulnerabilidade das jovens à conduta sexual de risco. Por isso, é preciso enfatizar a importância do papel dos educadores na prevenção da gravidez precoce junto aos pais, responsáveis por criar um ambiente acolhedor, além da saúde pública com profissionais multidisciplinares para a recepção, orientação, prevenção tanto da gravidez precoce quanto das Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Para reduzir a incidência e reincidência da gravidez na adolescência e suas consequências negativas é necessária uma abordagem interativa com os adolescentes para elevar seu nível de conhecimento acerca desse assunto. Também fica evidente que existem falhas nas políticas de saúde reprodutiva e sexual vigentes no Brasil. O planejamento familiar deve integrar eixos participativos: adolescentes, pais, educadores e profissionais de saúde e a individualização do adolescente quanto a seus valores, crenças e atitudes determinantes de seu comportamento sexual. Além disso, procurar estimular a educação formal e o autoconhecimento das jovens (MANFRÉ et al, 2010, p. 49).

No entanto, segundo os autores a participação das escolas não tem funcionado no trabalho sobre Educação Sexual. Para que se obtenha sucesso em sua abordagem as técnicas de informação devem priorizar método participativo, relacionamento humano, troca de ideias sobre sexualidade e contracepção, a fim de estimular conhecimento, autonomia e responsabilidade da adolescente à frente do planejamento familiar. Também é preciso que tanto a escola quanto o serviço de saúde ofereçam profissionais treinados para acolher os adolescentes com suas dúvidas sobre como usufruir de sua sexualidade de modo protegido, sem discriminação ou julgamentos (MANFRÉ et al, 2010). Portanto,

Como forma de prevenção, são necessários programas que tratem de temas como sexualidade, gravidez, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids). Estes devem, sobretudo, considerar os aspectos culturais e socioeconômicos da comunidade em que são desenvolvidos para que os adolescentes consigam transportar as informações recebidas para sua própria realidade. É importante que sejam utilizados recursos didáticos que os sensibilizem, além de que estes devem ser desenvolvidos de acordo com as necessidades apontadas pelos próprios adolescentes, tornando-os ativos no processo de aprendizagem (MANFRÉ et al; 2010, p. 53).

Ainda segundo os autores, as equipes multidisciplinares e os agentes de saúde são elementos fundamentais para levar a informação através dos pré-natais e orientar sobre os cuidados no pós-parto. Entretanto, cita-se a grande incidência de despreparo na abordagem e interação com as gestantes adolescentes (MANFRÉ et al, 2010).

Mas mesmo assim, um estudo realizado com jovens de três capitais brasileiras (não especificadas pelos autores Manfré et al, 2010) demonstrou que 50% das informações adquiridas pelas adolescentes não vem dos pais e nem da escola, isso mostra que se o trabalho de pré-natal for feito adequadamente contribui para o conhecimento das jovens sobre os cuidados de contraceptivos, para a não reincidência, que segundo os autores Manfré et al (2010, p. 53) “ocorre em torno de 30% no primeiro ano, 50% no segundo ano e até 61% cinco anos após a primeira

gravidez, sendo que cerca de 40% dessas adolescentes tinha engravidado mais de uma vez nesse período”.

Os autores Carvalho e Matsumoto (2009) defendem que é preciso cobrar ações governamentais mais efetivas na saúde pública e educacional, voltadas para orientação, prevenção da gravidez precoce, que resulta em aplicações desagradáveis para o futuro desses adolescentes com consequências para a vida pessoal e social. Logo, é preciso levar em consideração “que as escolas seja um dos pilares de informação e formação dos jovens, [...] que apresentem um planejamento e implementação de programas adequados para o desenvolvimento e a formação de indivíduos em diferentes fases do seu desenvolvimento” (CARVALHO; MATSUMOTO, 2009, p. 15).

Nesse sentido, os autores Ramos et al (2020) em sua pesquisa apontam que políticas públicas podem ser adotadas pela saúde pública em concordância com o ambiente escolar a fim de sanar e diminuir os casos de gestação entre as adolescentes.

O papel do Estado na introdução a educação sexual nas escolas para tratar de sexualidade de maneira preventiva é a preparação com formação continuada para profissionais docentes da educação básica. Não adiantaria de nada inserir tema tão importante e complexo na pasta de profissionais que não compreendem de todas as maneiras o assunto. Isso tornaria mais um argumento para os que defendem a vulgarização da sexualidade e alimentaria o conservadorismo social ao entorno do tema (GOMES CM, 2013 *apud* Ramos et al. 2020, p. 04).

Desta forma, propõe-se a aliança entre saúde e educação, pois os profissionais da saúde são preparados para trabalhar tanto com a prevenção quanto com as consequências após os acontecimentos não esperados. A expectativa é prevenir e conscientizar sobre a gravidez precoce indesejada, porém quando ela acontece, é preciso elaborar maneiras possíveis de enfrentamento para a mãe e também para a criança (RAMOS et al, 2020).

Sendo assim, o trabalho dos autores expõe o constante aumento de gravidez na escola, e a ineficácia do tratamento da gravidez como um problema social na vida escolar. Por isso, o objetivo da pesquisa de Ramos et al (2020) foi desenvolver uma formação continuada aos profissionais que estão ligados diretamente a essa problemática social, uma vez que:

A intervenção do educador só poderá ser feita mediante preparo. Quem poderá preparar o educador para tratar de tal assunto? Uma outra alternativa

que se apresenta é a construção de especializações conjuntas entre profissionais da saúde e profissionais da educação. A busca por alternativas e ideias viáveis para garantir o assunto sexualidade de forma natural e sem barreiras. Outro ente que deve se apresentar a discussão é a sociedade civil, não somente para garantir espaço e opinião, mas para ser instruída quanto a importância da temática escolas (EW RAS, et al., 2017 *apud* Ramos et al. 2020, p. 04).

Entretanto, a educação sexual em conjunto com a saúde na escola apresenta dificuldade para se inserir no ambiente dos alunos, por falta de recursos financeiros e estruturais. Outra problemática encontrada é a forma como os alunos e os pais entendem a escola: único lugar de informação, todavia, a escola como mediadora na informação da questão da sexualidade dos alunos precisa do apoio que deve partir primeiramente de dentro de casa (RAMOS et al, 2020).

Nesse viés, a pesquisa demonstra que se construir uma educação sexual na escola, deve-se primeiramente desenvolver um trabalho com o corpo escolar sobre o assunto e realizar um preparo da equipe de professores com ações e cursos de especialização em conjunto com os profissionais da saúde (RAMOS et al. 2020).

Para sanar o alto índice de caso de gravidez precoce, a equipe precisa desenvolver o trabalho em sala de aula naturalmente e sem barreira, garantindo que ela seja um ambiente de construção de ideias sobre a sexualidade, por meio de atividades agradáveis para os alunos, inserindo temas como a gravidez na adolescência e suas consequências, a partir da exposição de dados estatísticos e relatos de pessoas que passaram por essa situação (RAMOS et al. 2020).

É preciso construir um trabalho que atenda todos os alunos, tendo em vista que as mães adolescentes sofrem ainda mais por conta do machismo estrutural que as excluem ou as responsabilizam unicamente pela gravidez indesejada. Deste modo, o trabalho deve promover um diálogo com os meninos para sanar tais preconceitos, uma vez que essa discriminação favorece o alto índice de evasão escolar entre as mães gestantes (RAMOS et al. 2020).

Partindo desse ponto, Ramos et al. (2020) mostram o quanto é importante a psicologia no ambiente escolar, uma forma de garantir a inserção da saúde dentro do ambiente escolar, pois infelizmente, tem-se tornando uma realidade cada vez mais recorrente, a gravidez fruto da violência de dentro da própria casa ou de pessoas próximas das adolescentes e elas não denunciam porque não conseguem discernir o que está acontecendo, e acabam sendo presas fáceis para doenças psicológicas e evasão escolar.

Para Ramos et. al (2020, p. 06) é necessário “não castrar, mas garantir o direito do adolescente ao conhecimento, e taxar as necessidades reais de um conhecimento responsável e enriquecedor, é o que se consegue quando se une educação e saúde”. Portanto, é preciso aliar instrução com prevenção.

Apesar de apontarem algumas discordâncias em relação à literatura, Hormanez e Bazon (2020) concordam com os demais autores nesse ponto: a importância do cuidado com as mães adolescentes por meio do apoio psicossocial, para o bom desenvolvimento da maternidade, a necessidade de uma compreensão da gravidez na adolescência, fenômeno complexo na vida dos jovens.

Outro ponto abordado em consonância com os demais estudos apresentados neste trabalho, é que a maternidade se mostra mais desafiadora do que o previsto, portanto, é necessário criar ações comunitárias que promovam uma maior apropriação do tema pelas adolescentes, que faça elas se sentirem autônomas e capazes de tomarem decisões sensatas e cabíveis ao seu projeto de vida.

Pensando em recursos para a educação sexual no país, a autora Damiani (2003) em sua pesquisa elaborou ações para os profissionais que mantêm contato direto com adolescentes com gravidez precoce, também em consonância com dados já apresentados, seu trabalho demonstra que as adolescentes estão iniciando cada vez mais cedo a vida sexual, apesar de não aderirem aos métodos contraceptivos. Além disso, as interferências sociais e culturais favorecem a gravidez precoce, que vem sofrendo um aumento importante.

No país, numa média de um milhão de gestantes adolescentes, o trabalho demonstra que houve aumento anual significativo, com 2% de partos em adolescentes. Esta pesquisa foi realizada no Rio Grande do Sul, pois 20,2 % das gestantes adolescentes do país são do estado gaúcho, a maioria com adolescentes entre a idade de 10 e 14 anos, sendo mais representativo em adolescentes com baixo nível socioeconômico (DAMIANI, 2003).

Para a autora, as questões levantadas sobre educação sexual devem ser tratadas com professores habilitados, o que já poderia sinalizar um apoio significativo para a prevenção e diminuição do problema. As aulas não devem ser iniciadas de forma tradicional, mas de uma forma que busque potencializar as habilidades cognitivas dos alunos, numa prática pedagógica baseada no diálogo, visando o aprimoramento humano a partir de um processo contínuo. Por isso, é necessário que se comece na fase inicial e siga até a vida adulta, tendo em vista a prática com a

realidade, para que eles possam agir para a transformação do modo que se vive em sociedade (DAMIANI, 2003).

Prevenir significa desenvolver um conjunto de comportamentos (ações) profissionais que interfiram nas relações entre os fatores determinantes das condições de saúde, de tal forma que essas não ofereçam riscos à saúde dos indivíduos. Ensinar a prevenir é educar através de informações disponíveis organizadas de maneira lógica pelo professor e através de comportamentos e ações diante da realidade com que se defronta, para gerar resultados satisfatórios que transformem a sociedade (DAMIANI, 2003, p. 163).

Logo, a prevenção desempenha um papel importante na vida do adolescente, seu significado se constrói pela elaboração de ações que interferem nas condições de saúde, uma vez que ensinar a prevenir é educar com informações organizadas de forma lógica pelo professor ou demais profissionais, ou seja, ações diante do contexto em que os alunos estão inseridos.

Segundo Damiani (2003) a proposta do artigo espera promover aos profissionais da saúde e da educação, competências e habilidades para eles atuarem com situações presentes em seu ambiente de trabalho e através desses conhecimentos ajudar os adolescentes a identificarem eventuais mudanças e adaptações perante a gravidez precoce.

Esse trabalho prevê que a educação sexual seja abordada nas escolas de modo interdisciplinar, por meio de uma política de prevenção, para que o número de gravidez precoce diminua no contexto dos alunos.

Portanto, nesta fase de grandes transformações e crises ligadas a comportamentos sexuais e sociais em idade precoce, em que os meios de comunicação preconizam à liberdade sexual, igualdade entre os sexos, estereótipos sexuais, é que o adolescente não associa a atividade sexual com a possibilidade de adquirir uma doença sexualmente transmitida ou engravidar por falta de informações ou de informações ineficientes sobre os métodos contraceptivos. Mas de quem é a responsabilidade por essa **educação sexual adequada?** (*grifo da autora*) Dos pais? Da sociedade? Mídia, televisão, o que transmitem para o adolescente de hoje? Liberalidade, prazer, erotismo... Ele está preparado para assimilar tudo isso sem correr o risco de graves consequências (doenças sexualmente transmissíveis, a hepatite B e gravidez precoce)? E a escola? Qual é o seu papel? Está exercendo a sua função de educadora juntamente com a família e a comunidade? Percebe-se no dia-a-dia da profissão que a educação sexual quando iniciada precocemente na família, traz resultados positivos para a vida futura, principalmente no enfrentamento da crise puberal. Observa-se que os jovens de hoje estão sem rumo, sem orientações, pois os nossos governantes e as instituições citadas fecham os olhos à **educação ideal** (*grifo da autora*) ao adolescente; mas caberia a nós educadores, pais, profissionais da área da saúde nos conscientizarmos e possuímos a "sensibilidade" de nos unir para ajudar os adolescentes a terem uma educação e prática sexual sem riscos, repressões, culpa e medo (DAMIANI, 2003, p. 166).



Conseqüentemente, segundo a autora, muitas adolescentes iniciam a vida sexual sem saber o que é período fértil, especialmente, nas áreas de zona rural e em regiões mais pobres, em virtude de pouco esclarecimento sobre questões ligadas à educação sexual (DAMIANI, 2003).

O crescimento da fecundidade na adolescência não é um acontecimento restrito ao Brasil, ocorre também em outros países, inclusive, naqueles que estão em desenvolvimento ou pertencem ao Primeiro Mundo. O que distingue o Brasil dos demais é quem exatamente esse fenômeno afeta: os lugares mais paupérrimos, áreas rurais e mulheres com pouca instrução. Para Damiani (2003, p. 167):

Uma gravidez indesejada pela adolescente, pela sua família ou pelo seu companheiro pode ser causada por desinformação dos adolescentes, por estarem na fase das ansiedades, curiosidades, carências sexuais, preocupação com a sua privacidade, sua imagem física, a paixão pelo sexo oposto; também pelo fato de que as jovens possam utilizar a gravidez como forma de obter carinho, atenção de seu companheiro ou de sua família. Uma gestante jovem pode apresentar insatisfação, baixa estima, rejeição social, ansiedade, depressão, frustração, evidenciando-se assim, a importância e prioridade de uma educação sexual adequada às suas necessidades básicas, a fim de propiciar ajuda para seus distúrbios físicos e emocionais, bem como para o despreparo familiar, más condições socioeconômicas, e para a continuidade da escolarização; fatores esses, que levam a adolescente à interrupção da gravidez, ou abandono do filho, gerando conseqüências traumáticas no futuro para ambos.

Considerando todos esses encadeamentos antes e pós-gravidez, a autora Damiani (2003), sintetiza que seu trabalho busca desenvolver na população, capacidade para lidar com os problemas que a acometem, entre eles, a gravidez precoce.

Sendo assim, a educação e a escola são mecanismos atuantes nesse processo de implementar ações humanas na construção de um modelo efetivo que responda aos anseios dos adolescentes em relação ao período de transição à vida adulta, juntamente às suas mudanças físicas e biológicas (puberdade), relações sexuais, masturbação, virgindade, homossexualismo, prostituição, gravidez, anticoncepção, doenças sexualmente transmissíveis, aborto, e outras dúvidas pertinentes ao tema. Só assim, será implantada uma educação sexual compatível com a realidade da sociedade brasileira (DAMIANI, 2003).

Ainda nesta temática de ações preventivas, as autoras Reis e Rodrigues (2012) analisam no artigo *Gravidez na adolescência: Qual a responsabilidade e papel da comunicação?* a frequência da gestação na adolescência e trabalham a educação

sexual a partir da intersecção entre casa dos pais, mediação escolar e mídias, três lugares que retêm a maior parte da convivência e tempo dos adolescentes.

A partir dos limites estabelecidos para o reconhecimento da Adolescência, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a lei N°. 8.069/90 (BRASIL, 1990) que considera a adolescência a partir dos 12 aos 18 anos de idade. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a adolescência corresponde dos 10 aos 19 anos, e a juventude como o período que vai dos 15 aos 24 anos. Então, pode-se imaginar a dificuldade natural em compreender uma fase da vida que precisa de uma atenção maior, etapa de grandes e rápidas modificações no organismo dos adolescentes, tanto físicas quanto psicológicas, acarretadas pelas mudanças hormonais.

As autoras analisam que os pais possuem um importante papel na vida dos filhos, quando se pensa em orientação sexual, pois transmitem segurança para as adaptações e as mudanças de seus corpos, ou seja, exercem o papel de melhor amigo e orientador. No entanto, há preocupações dos pais com o contexto atual para educarem os próprios filhos e também em relação ao seu próprio despreparo por causa da evolução social. Muitos pais não conseguem acompanhar as mudanças e adversidades da vida social fora do contexto familiar (REIS; RODRIGUES, 2012).

Nesse viés, a pesquisa trabalha a influência da mídia na vida dos adolescentes. “A verdade é que os ataques da liberdade e libertinagem começam dentro do lar pelas imposições da mídia televisiva e pelo sistema de computador conectado pela Internet pelas redes sociais” (REIS; RODRIGUES, 2012, p. 03).

Em outras palavras, a mídia poderia ter um papel importante de orientação familiar se não tivesse uma predisposição de tendência a um sexo preventivo, mas precoce, ou seja, denota-se um sexo livre com proteção, legitimando uma normalidade que torna o sexo precoce com uma ética social.

Sendo assim, a mídia se põe como fator de proteção enquanto se estabelece como mecanismo de informação e como fator negativo quando difunde conteúdos imanentes à sexualidade, um risco para os adolescentes, pois de acordo com Reis e Rodrigues (2012), 46% das crianças e adolescentes usam a internet sem o acompanhamento dos pais e como as mídias já trazem uma opinião formada, eles passam a construir uma consciência social a partir das experiências vividas através do computador e da televisão, que muitas vezes não correspondem à expectativa adequada para a idade.

A escola tem sua missão, e nesta missão tem sido afrontada por princípios do descaso pelo comportamento de adolescentes. A escola não deve ser considerada como a principal responsável pela educação do indivíduo social, mas sim uma mediadora deste processo de educação que deveria começar no lar. A escola faria o exercício da disciplina, e se apresentaria como meio termo que é imprescindível na formação do caráter e da personalidade intelectual ou do que poderíamos chamar de senso comum social, fortalecendo este laço social de conduta (REIS; RODRIGUES, 2012, p. 03).

Entretanto, o adolescente não possui maturidade suficiente para lidar com a mudança da fase de criança para a nova fase que se inicia e por isso acaba sendo presa fácil de más companhias ou de modelos de conduta inadequados para a idade e para a sociedade. Muitas vezes essas escolhas desembocam em uma gravidez indesejada, que por si só traz muitas perdas para o adolescente, principalmente na rotina social, isto é, pula-se etapas importantes e necessárias para a sua formação como sujeito.

Da fragilidade emocional e da incapacidade de discernimento se alimentam relacionamentos abusivos, que alteram a ordem psíquica, comportamento e sexualidade dos adolescentes que deixam de priorizar os estudos e se voltam para a rotatividade de parceiros, à fruição do sexo livre, até chegar à gravidez precoce, resultado que influenciará nas escolhas futuras.

Quando as autoras relatam a importância dos pais na vida dos adolescentes, abrem um parêntese para apontar que na sociedade temos famílias conservadoras e liberais, e a forma como cada uma vê o sexo na sociedade reflete no modo como educam seus filhos (REIS; RODRIGUES, 2012).

Para os pais tradicionais, os tabus sexuais inseridos na sociedade precisam ser praticados e acatados como paradigma de conduta sexual, mas para os pais liberais, os tabus devem ser descartados, pois se constituem como ideias falsas e ultrapassadas para o tempo atual, não correspondem aos padrões vividos na sociedade. Segundo as autoras Reis e Rodrigues (2012, p. 04):

A realidade deste fato acima mencionado é que os jovens brasileiros estão cada vez mais distantes dos tabus sexuais das gerações passadas. Uma pesquisa realizada pela UNESCO em 14 das capitais brasileiras chegou-se a uma conclusão que 77% dos jovens acham que o sexo é tão importante para as mulheres quanto para os homens e a maioria acredita que gostar de ficar não é um comportamento exclusivamente masculino, as mulheres em uma boa quantidade são favoráveis a este comportamento como fruto de fatores externos que dentre os quais queremos nos prender ao posicionamento da mídia e o convívio do adolescente no âmbito escolar.

Portanto, pode-se analisar na pesquisa da UNESCO o reflexo do comportamento dos jovens frente a sua sexualidade, e a partir desses dados construir-se medidas plausíveis de orientação e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez precoce. Para tanto é necessário compreender o convívio familiar, assim como os veículos de comunicação de massa estão sendo absorvidos pelos adolescentes, ou seja, como essas mídias monitoram e manipulam seus comportamentos.

Ainda nessa perspectiva, é preciso também observar como as instituições comunitárias e religiosas e o sistema legal e político atuam na formação das crianças e adolescentes. Mais uma vez, vale reiterar que a primeira informação sobre sexo deveria ser entregue dentro de casa pelos pais, contudo, o grande entrave está na hora que os pais precisam conversar com seus filhos sobre sexualidade, pois na maioria das vezes não sabem exatamente como proceder e acabam sendo rígidos ou inovadores demais (REIS; RODRIGUES, 2012).

No entanto, o que se tem observado é que os pais acabam postergando essa conversa com os filhos, por medo, insegurança ou vergonha de como fazer e pela omissão favorecem um caminho mais libertário para os filhos que se jogam no “mar da sexualidade” sem os devidos meios de sobrevivência. Em sua pesquisa, as autoras Reis e Rodrigues (2012, p. 05) trazem a tabela abaixo com dados de abusos praticados às crianças e adolescentes por indivíduos presentes no convívio familiar. A estatística é do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome, de acordo com o Quadro 1:

**Quadro 1** – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome

<b>IDADE</b>	<b>7 A 14 ANOS</b>	<b>15 A 18 ANOS</b>
VIOLENCIA FÍSICA	2.194	477
VIOLENCIA PSICOLÓGICA	2.793	719
ABUSO SEXUAL	8.674	2.193
EXPLORAÇÃO SEXUAL	1.503	1.347
NEGLIGÊNCIA	2.574	576
<b>TOTAL</b>	<b>17.738</b>	<b>2.282</b>

Fonte: (www.mds.gov.br)

As formas de violência apresentadas respondem em sua maior parte à falta de orientação e presença dos pais, que não podem ser vistos na sociedade apenas como provedores do lar, mas também como responsáveis pela integridade e formação de caráter moral e social das crianças e adolescentes, isto é, precisam envolver seus filhos com afeto e cuidado emocional a fim de diminuir tais casos de “abandono” e crueldade (REIS; RODRIGUES, 2012).

Impor limites à liberdade do abandono parental, cujo filhos fazem escolhas sem interferência dos pais, pode ser um caminho para corrigir esses dados tão dolorosos e impedir que os adolescentes sejam lançados às práticas de vivência que não lhes dão possibilidade de escolha e retrocesso (REIS; RODRIGUES, 2012).

Quando falamos de liberdade, sabemos que há estágios pelo os quais os adolescentes deverão passar para atingir a vida adulta, todavia, eles não deveriam pular as fases da identidade, como bem define as autoras Reis e Rodrigues (2012), as estações chamadas de:

- a) Identidade transitória: quando o adolescente assume um comportamento de sedução com característica até um pouco histórica;
- b) Identidade ocasional: evidencia o lado em que o adolescente vive na construção de um novo modelo de ser perante situações recém-adquiridas com as quais se confronta;
- c) Identidade circunstancial: se relaciona às possibilidades distintas que cada adolescente está propenso a viver em função do grupo do qual ele está conectado.

Dessa forma, o exercício de identidade vivido na adolescência vai definir sua resposta sobre o abuso e violência sofridos, além de intervir profundamente na sua identidade e maneira correspondente de ser, reverberando para o resto da sua vida.

Outro ponto analisado pelas autoras Reis e Rodrigues (2012, p. 06) é que a diferença de gênero varia pouco nos casos de negligência e violência física e psicológica, mas muda drasticamente quando se observa os dados de violência sexual: três vezes mais meninas que meninos foram vítimas de abuso sexual e dez vezes mais meninas do que meninos foram vítimas de exploração sexual.

No total, a violência contra meninas é o dobro do número de meninos, de acordo ao apresentado no Quadro 2.

**Quadro 2** – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome

<b>GÊNERO</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>	<b>TOTAL</b>
VIOLÊNCIA FÍSICA	1.719	1.717	3.436
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	2.177	2.163	4.340
ABUSO SEXUAL	3.092	10.158	13.250
EXPLORAÇÃO SEXUAL	258	2.629	2.897
NEGLIGÊNCIA	2.145	1.928	4.073
<b>TOTAL</b>	<b>9.391</b>	<b>18.595</b>	<b>27.986</b>

Fonte: (www.mds.gov.br)

Diante desses dados que expressam ausência dos pais, a escola pode ser um espaço de disseminação de boas práticas e informações seguras para abordar o tema Educação sexual com os alunos, como já foi dito anteriormente, ou seja, a escola com o uso de recursos de tecnologias e mídias, pode estimular os alunos a pesquisarem as mudanças da adolescência, tendo em vista a orientação e formação de consciência social. Ainda nesse viés, espera-se que a família coloque regras sobre o acesso às páginas com conteúdo duvidoso ou inapropriado para a idade, além do cuidado em fornecer dados pessoais, com o intuito de diminuir o risco de exposição na Internet.

Nesse sentido, caberia um debate para as quebras de paradigmas éticos e morais cometidos em redes sociais, práticas que acabam em encontros com pedófilos ou relacionamento amoroso desprovido de responsabilidade e prevenção, que infelizmente muitas vezes provocam uma gravidez indesejada ou contágio de doenças sexualmente transmissíveis.

A cautela com o uso das mídias se deve também aos produtos que elas vendem e ao tipo de discurso propagado, como por exemplo, os filmes, as novelas, as propagandas que difundem uma noção romântica sobre os encontros amorosos, uma noção vaga e muito fantasiosa acerca do sexo e da gravidez, que inclusive, eles não precisariam de muita responsabilidade, cuidado e atenção. Quando essas informações não são consumidas de modo reflexivo a partir de fontes da realidade, há o risco da formulação de condutas e comportamentos atravessados pelo erotismo, o corpo escultural e o prazer sexual como recursos para a felicidade e o sexo como objeto de consumo.

O perigo está no nível de maturidade ainda não alcançado pelos adolescentes para viverem tais situações, e mais ainda pela negligência dos pais em não corrigir esses desvios de atuação.

Para as autoras Reis e Rodrigues (2012) é nesse momento que os adolescentes se tornam presas fáceis de abuso e violência sexual, que como mostram os estudos estão relacionados a alguém próximo do convívio familiar. Além de todas as mudanças física, psicológica, social, encontra-se a ameaça tripla de violência, contaminação e gravidez indesejada.

Logo, a escola não está imune dessa problemática, pelo contrário, ela tem um papel a zelar nesse quesito, pois é nela que os adolescentes passam pelo menos quatro horas de sua vida diária, então, é fundamental que se reflita sobre a urgência de um traçado absoluto de cuidado e estrutura para receber e orientar os alunos, dada a realidade apresentada nos quadros 1 e 2 (p. 35; 37).

Para tanto, a escola enquanto instituição social pode se apropriar das mídias e reverter a noção equivocada do seu uso. De acordo com Reis e Rodrigues (2012, p. 10):

A educação sempre teve o objetivo de formar pessoas responsáveis, livres e capazes de viver sua própria vida desenvolvendo habilidades e competências que produzam referência para a sociedade, entre tantas orientações que compete à escola inculcar na vida do aluno a responsabilidade do controle da sua sexualidade é imprescindível, para que não haja perdas no uso do sexo a ponto de surgir uma gravidez fora do tempo prejudicando parte da formação intelectual do aluno.

Contudo, nem sempre a gravidez indesejada é decorrente de abuso sexual, por isso, é importante que os pais, a escola e a sociedade discorram sobre o assunto, a fim de elucidar trajetórias de respeito e responsabilidade nos relacionamentos amorosos, ou seja, que essa etapa de experimentação afetiva e sexual seja saudável e não prejudicial para a vida do adolescente e da sociedade como um todo (Reis; Rodrigues, 2012).

Diante disso, casos de gravidez precoce podem ser tratados como exercício de empatia e reflexão sobre como a sociedade se porta frente à essa problemática, induzindo os adolescentes a repensarem suas escolhas de vida e de atuação com meninas gestantes ou mães, já que muitas delas se sentem coagidas a abandonar os estudos por vergonha ou falta de acolhimento por parte dos pais e colegas (REIS; RODRIGUES, 2012).

Dessa maneira, é preciso ampliar a rede de apoio às adolescentes grávidas, começando pelos pais, o companheiro e depois a comunidade escolar, para que elas não façam parte da estatística de evasão escolar (REIS; RODRIGUES, 2012).

Em suma, faz-se necessário garantir a todos os alunos um ambiente escolar responsável, que promova trabalhos preventivos e instrutivos sobre educação sexual, uma escola saudável e compatível com a realidade dos jovens adolescentes, que zele pela segurança e bem-estar de seus educandos, para que eles completem a carreira escolar e possam ter oportunidades dignas no futuro (REIS; RODRIGUES, 2012).



#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mais do que tratar os números alarmantes de casos de gravidez precoce no Brasil, é preciso compreender porque eles existem, ou seja, do que se alimentam.

Neste trabalho, observou-se que a fonte desencadeadora é a desigualdade social, que no país é praticamente abismal.

Da carência de recursos de sobrevivência, expectativas de futuro, educação de qualidade e informação calcada na realidade, surgem as adolescentes em estágio embrionário concedendo mais uma vida fadada ao mesmo ritmo incipiente de oportunidades.

Poucas jovens conseguem superar os limites da evasão escolar, da violência física, sexual e emocional e alçar novos voos, a maioria continuará a expandir sua prole, na contramão dos estudos e das mudanças em suas esferas sociais e existenciais.

O presente trabalho mostrou, sob a ótica dos autores, que os fatores são evidentes, as implicações documentadas e os recursos possíveis de serem relacionados, mas falta a implementação efetiva por meio de formação continuada e políticas públicas interessadas em fazer a intersecção entre família, escola, mídias e sociedade com o intuito de zelar pela integridade das crianças e adolescentes e lhes garantir um hoje e um amanhã dignos, com oportunidades plausíveis para que esses adolescentes no futuro possam trazer ao mundo uma nova vida e com ela uma nova perspectiva de humanidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**: Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 25 set. 2020.

CARVALHO, M. B; MATSUMOTO, L.S. **Gravidez na adolescência e a evasão escolar**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1868-8.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2020.

CHALEM, E. et al. Gravidez na adolescência: perfil sócio-demográfico e comportamental de uma população da periferia de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 23, n. 1, p. 177/186, 2007.

DAMIANI F. Gravidez na adolescência: a quem cabe prevenir? **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, n. 24, 2003. p. 161-8.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HORMANEZ, M; BAZON, M. R. **Gravidez na adolescência: caracterização de uma amostra brasileira**. Actas do 13º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, Covilhã: Faculdade de Ciências da Saúde. Disponível em: <[http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/7558/1/13CongNacSaude\\_483.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/7558/1/13CongNacSaude_483.pdf)> Acesso em: 10 mai. 2020.

MACHADO, N. O., SAITO, M. I., SZARFAC, S. C. Características sócio demográficas e reprodutivas de adolescentes atendidas no pós-parto no instituto da criança da universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 17(3), 2007, p. 01-07. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n3/01.pdf>> Acesso em: 25 set. 2020.

MANFRÉ, C. C *et al.* **Considerações atuais sobre gravidez na adolescência**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Florianópolis, v.5, n. 17, jan/dez 2010. Disponível em: <<https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/205>> Acesso em: 12 mai. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE BRASIL. **Prevenção de gravidez na adolescência é tema de campanha nacional**. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46276-prevencao-de-gravidez-na-adolescencia-e-tema-de-campanha-nacional>> Acesso em: 02 ago. 2020.

MONTARDO, J. L. Gravidez em adolescentes. **Contexto e Educação**, v. 19, n. 71, p. 93–109, 2004.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Taxa de gravidez na adolescência no Brasil está acima da média mundial, aponta ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-na-adolescencia-no-brasil-esta-acima-da-media-mundial-aponta-onu/>> Acesso em: 02 ago. 2020.

OLIVEIRA, M. C.; VIEIRA, J. M. Gravidez na adolescência e bem-estar infantil: evidências para o Brasil em 2006. **Revista Latinoamericana de Población**, ano 3, v. 6, p. 12-38, 2010. Disponível em: <<http://www.alapop.org/alap/Revista/Articulos/RELAP6-art01.pdf>> Acesso em: 25 set. 2020.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>> Acesso em: 25 set. 2020.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E, C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS *et al.* A saúde na escola como meio de prevenção da gravidez na adolescência: uma breve análise. **Revista Eletrônica Acervo Saúde/ Electronic Journal Collection Health**. v. sup. n. 45, 2020. p. 1-7.

REIS, M; RODRIGUES, L. **Gravidez na adolescência:** Qual a responsabilidade e papel da comunicação? Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa Comunicação. FBN: 2012.

SANTOS, N. L. A. C., COSTA, M. C. O., AMARAL, M. T. R., VIEIRA, G. O., BACELAR, E. B; ALMEIDA, A. H. V. Gravidez na adolescência: análise de fatores de risco para baixo peso, prematuridade e cesariana. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, 2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014193.18352013>> Acesso em: 25 set. 2020.